

POR UMA ABORDAGEM DE AMBIÊNCIAS EM ENTORNO DE BENS DE INTERESSE CULTURAL

Mariana Kimie Nito

Resumo

Entorno, vizinhança e ainda área envoltória ou de tutela são denominações dadas, ao longo da trajetória do campo do patrimônio cultural, ao instrumento de restrição de uso para a preservação de bens tombados. Sua regulamentação qualifica e é uma forma de concretizar a relação entre o patrimônio e o local onde este se situa. Atualmente, ampliaram-se significativamente suas potencialidades e significações como instrumento de valor adjetivo aos bens acautelados, ganhando jurisprudência e importância nas políticas empreendidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan). O entorno de bens tombados passa a ser compreendido como ambiência, valorizando a integração dos bens culturais no espaço urbano. A expressão ambiência é utilizada na prática institucional do Iphan em uma perspectiva de compreensão dos diferentes aspectos dos bens protegidos para a ampla preservação por meio de seus entornos. Foi a partir dessa percepção que se desenvolveu uma pesquisa de mestrado interdisciplinar em preservação do patrimônio cultural, na qual esboçou-se um processo heurístico de abordagem de ambiência no entorno de bens tombados como forma de tratamento deste para preservação ampla do patrimônio cultural. Com isso, evidenciou-se as manifestações mais atuais do termo em investigações interdisciplinares de abordagens sensíveis urbanas que o compreendem como fator integrado, permitindo a percepção das coisas nos espaços vivenciados pelos diferentes sujeitos. Analisou-se como as ambiências permitem compreender as múltiplas relações entre os bens culturais e seus entornos. O repertório desenvolvido foi aplicado em pesquisas de campo feitas no conhecimento das ambiências do entorno da Casa de Portinari, localizada em Brodowski no Estado de São Paulo. Mais do que levantar informações, foi possível criar situações de compreensão dos processos existentes no entorno a partir das percepções das pessoas que vivenciam o entorno da Casa. Este artigo apresenta a pesquisa a partir de uma leitura da noção de ambiência por meio de abordagens que permitem considerar múltiplas dimensões para preservação dos bens culturais, apresentando uma outra leitura possível ao entorno de forma a pautá-lo como instrumento de preservação. Portanto, insere-se no bojo de produções que buscam tratamento interdisciplinar da preservação e que estudam as cidades em seus processos dinâmicos, auxiliando a construção de uma noção de entorno que é potencializadora desta preservação.

Palavras-chave: patrimônio cultural urbano; entorno de bens tombados; ambiência; Casa de Portinari.

Abstract

Surroundings, neighborhood, buffer zones, urban settings and envelopment area or tutelage area are names given, over time in the field of cultural heritage, to the instrument of usage restriction for the preservation of listed cultural properties. Its regulation qualifies

as and is a concrete manifestation of the relation between heritage and the place where it is located. Currently, its potential and meanings as an instrument of adjective value to the listed goods have widened significantly, gaining jurisprudence and importance in policies undertaken by Iphan - the Institute of National Historic and Artistic Heritage. The surroundings of cultural properties will then be understood as *ambience*, valuing the integration of cultural properties in the urban setting. The term *ambience* is used in institutional practice of Iphan with a perspective of understanding the different aspects of the protected goods for a wide preservation by means of their surroundings. From this notion, an interdisciplinary Master's research on the preservation of cultural heritage was developed, in which a process of heuristic approach was sketched for the *ambience* of surroundings of listed properties as a form of wide preservation of cultural heritage. In this process, the most current manifestations of the term were made evident in interdisciplinary investigations of sensible urban approaches that understand it as an integrated factor, allowing the perception of things in spaces experienced by different subjects. An analysis was made of how *ambiances* allow the understanding of multiple relations among the cultural properties and their surroundings. The repertory developed was applied in field researches made on the knowledge of the *ambiances* in the surroundings of Portinari's Former House, located in Brodowski, in the State of São Paulo. More than gathering information, it was possible to create situations to understand existing processes in the surroundings from the perceptions of the people that experience these surroundings of the House. This article presents the research from a reading of the notion of *ambience* through approaches that enable the consideration of multiple dimensions for the preservation of cultural heritage, presenting another possible interpretation of the surroundings in a way that sets it as an instrument of preservation. Therefore, it is inserted in the set of works that seek an interdisciplinary treatment of preservation and study of cities and their dynamic processes, aiding in the construction of a notion of surroundings that enables preservation.

Keywords: urban cultural heritage; heritage surroundings; buffer zones; *ambience*; Portinari's former house.

Resumen

Entorno, vecindad y aún área envolvente o de tutela son denominaciones dadas, a lo largo de la trayectoria del campo del patrimonio cultural, al instrumento de restricción de uso para la preservación de bienes tutelados. Su reglamentación califica y es una forma de concretar la relación entre el patrimonio y el lugar donde éste se sitúa. Actualmente, se han ampliado significativamente sus potencialidades y significaciones como instrumento de valor adjetivo a los bienes protegidos, ganando jurisprudencia e importancia en las políticas adoptadas por el Instituto del Patrimonio Históric-

co Artístico Nacional (Iphan). El entorno de bienes de interés cultural pasa a ser comprendido como ambiente, valorizando la integración de los bienes culturales en el espacio urbano. La expresión ambiente se utiliza en la práctica institucional del Iphan en una perspectiva de comprensión de los diferentes aspectos de los bienes tutelados para la amplia preservación a través de sus entornos. Fue a partir de esa percepción que se desarrolló una investigación de maestría en preservación del patrimonio cultural, en la que se esbozó un proceso heurístico de abordaje de ambiente en el entorno de bienes de interés cultural como forma de tratamiento de éste para preservación amplia del patrimonio cultural. Así, se evidenciaron las manifestaciones más actuales de ambientes en investigaciones interdisciplinarias de abordajes sensibles urbanos que lo comprenden como factor integrado, permitiendo la percepción de las cosas en los espacios vivenciados por los diferentes sujetos. Se analizó cómo los ambientes permiten comprender las múltiples relaciones entre los bienes culturales y sus entornos. El repertorio investigado fue aplicado en investigaciones de campo académico hechas en el conocimiento de las ambiciones del entorno de la Casa de Portinari (casa donde el artista Cândido Portinari vivió), ubicada en Brodowski en el Estado de São Paulo. Más que levantar informaciones, fue posible crear situaciones de comprensión de los procesos existentes en el entorno por medio de percepciones de las personas que vivencian el entorno de la Casa. Este artículo presenta la investigación a partir de una lectura de la noción de ambición por medio de enfoques que permiten considerar múltiples dimensiones para la preservación de los bienes culturales, presentando otra lectura posible al entorno de forma a pautarlo como instrumento de preservación. Por lo tanto, se inserta en la lista de producciones que buscan tratamiento interdisciplinario de la preservación y que estudian las ciudades en sus procesos dinámicos, auxiliando la construcción de una noción de entorno que es potencializadora de la preservación.

Palabras-clave: patrimonio cultural urbano, entorno de los bienes de interés cultural, ambientes, Casa de Portinari.

INTRODUÇÃO

Desde o início das políticas de preservação do patrimônio no Brasil, esteve presente a extensão de proteção ao seu ambiente. Entorno¹, vizinhança, área envoltória ou de tutela são algumas das denominações empregadas por órgãos de preservação, legislações e cartas patrimoniais para formular um conceito que se refere à área que circunda o bem tombado, sujeita a restrições de uso, efetivando a conservação pela relação do bem com seu espaço imediato. A menção ao entorno já estava presente nas propostas que antecederam o Decreto-Lei nº25/1937, que cria o instituto do tombamento e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), sendo, por fim, incorporado pelo Artigo 18 dessa lei. Codificada legalmente como área de possível perturbação de visibilidade do patrimônio, significados e valores do entorno variaram ao longo do tempo e da jurisprudência adquirida, passando a ser conceituado como área na qual a ambiência deve ser mantida.

Atualmente, há o entendimento de que as restrições no entorno do bem tombado são fundamentais e um dos efeitos do ato de tombamento, não se configurando um fim em si mesmo, mas para maximizar a proteção do bem (Rabello, 2009; Marchesan, 2010). Nesse sentido, nas palavras de Ulpiano Mendes (2006) o valor do entorno é adjetivo, um espaço qualificador em relação ao bem tombado. Trata-se de um invólucro espacial que compõe seu valor. Assim

sendo, visibilidade, ambiência e destaque são condições indispensáveis à preservação do bem tombado que permitem o contato imediato com ele e sua compreensão no espaço urbano. No entanto, esse entendimento não é consensual, e seu desenvolvimento ocorreu a partir das práticas institucionais e das muitas discussões que o tema suscitou ao longo do tempo.

Em um primeiro momento, as intervenções na vizinhança eram controladas visando a valorização de monumentos históricos. Esse enfoque ocorreu pela moção de inúmeros processos jurídicos visando embargar obras no entorno de bens tombados e a elaboração de estudos técnicos posteriores para garantir a proteção. Posteriormente, o entorno passa a assumir outros papéis estratégicos de preservação, nos quais os parâmetros visuais são relacionados aos elementos formais das edificações, ao planejamento urbano e ao aspecto paisagístico. Os desenvolvimentos recentes sobre a temática de entorno buscam uma definição objetiva para além da visibilidade direta e de destaque em relação à paisagem. Dessa forma, o entorno incorpora, além dos parâmetros visuais, “a ambiência e a historicidade dos contextos que envolvem os bens tombados” (MOTTA; THOMPSON, 2010, p. 26).

As múltiplas dimensões que o entorno pode abarcar são pontuadas, em nível internacional, na Declaração de Xi'An que foi resultado das discussões do simpósio científico internacional “Conservação do Entorno Edificado,

¹ O vocábulo entorno é um neologismo de *em torno*, diferenciando seu uso como instrumento, e deriva da palavra italiana *intorno* (Sant'Anna, 2015, p. 284). Foi adotado no campo da preservação brasileira, ao longo da década de 1970, pelos técnicos do Iphan em substituição ao termo vizinhança, presente no Decreto-Lei nº 25/37, para marcar uma nova aproximação temática e outra posição jurídica a ele. Segundo Motta e Thompson (2010, p.12), a expressão foi incorporada em verbete do Dicionário Aurélio em 1986, fazendo referência a um documento oficial do Iphan.

Sítios e Áreas do Patrimônio Cultural” do ICOMOS, em 2005. Assim como a Carta de Veneza, de 1964, fora marcante para a noção de patrimônio, a Declaração de Xi’An é, do mesmo modo, importante para consolidar a amplitude demandada à noção de entorno, com especial relevância por se tratar de um encontro para tratar exclusivamente a temática.

Na ampliação de suas atribuições, junto à percepção visual, aos aspectos paisagísticos e formais das edificações que compõem o entorno, também destacam-se as dimensões sociais, espirituais, econômicas, entre outras, como elementos significativos para potencializar a preservação dos bens imóveis culturais. Ao englobar um número maior de condicionantes, o entorno dos bens de interesse cultural traz novos desafios em seu pensar e agir, permitindo e demandando novas possibilidades de atuação e posturas a serem desenvolvidas de forma a promover a preservação do patrimônio cultural. Trata-se, antes de tudo, do acesso visual como fruição social, uma concepção mais abrangente e rica, pois diz respeito a um conjunto articulado de ações perceptivas, cognitivas, mnemônicas e afetivas, de valor adjetivo, conforme lembra Meneses (2006).

A concepção ampla que a noção de entorno vem adquirindo tem sido contemplada nas práticas de preservação institucional do Iphan por meio do uso do termo *ambiência* que ganha destaque na medida em que é utilizado como um conceito “guarda-chuva”: contemplando e designando estas outras dimensões e

elementos (tanto materiais e imateriais) a serem atribuídos ao patrimônio e às áreas urbanas que o circundam. Isso ocorre principalmente a partir de 1970, quando a expressão *ambiência* se consolida no Brasil junto à ampliação do conceito de patrimônio, pelas noções de evolução significativa, de obras modestas, de significação cultural e etc. (MOTTA; THOMPSON, 2010, p. 19-20). No entanto, o uso da expressão mostra poucos avanços práticos, uma vez que o entorno acarreta, em geral, em um burocrático processo de fiscalização e licenciamento formal.

É sabido que, no campo da preservação do patrimônio cultural, são poucas as práticas de análise urbana que abandonam “definitivamente o controle estético e estilístico” para seleção das características do espaço a se preservar, principalmente no que diz respeito às dimensões simbólicas e subjetivas do patrimônio (SANT’ANNA, 1995, p.222-223). Apesar de muitos avanços importantes na conjunção entre critérios estéticos e históricos (em relação crítica e prática para a análise urbana, como a compreensão da importância do parcelamento do solo, tipologias construtivas, morfologia da paisagem e volumetria das construções), há poucos estudos interdisciplinares que buscam uma visão cultural em áreas urbanas e em sua relação aos bens patrimonializados individualmente.

Foi nesse cenário que, a partir de uma demanda interna da superintendência do Iphan em São Paulo, realizou-se uma pesquisa interdisciplinar, no âmbito do

Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural PEP/MP/IPHAN, entre 2013 e 2015. A pesquisa estudou o entorno do ponto de vista da noção de ambiência e, por meio desta noção, esboçou-se um processo heurístico² de abordagem do entorno como forma de tratamento deste para preservação do patrimônio cultural. A expressão ambiência é utilizada na prática institucional em uma perspectiva de compreensão dos diferentes aspectos dos bens protegidos para a ampla preservação por meio de seus entornos. O termo é usado sobretudo para se referir aos aspectos simbólicos e subjetivos, mas sem maiores indicações teórico metodológicas. O interesse pelo estudo a partir da ambiência se dá no sentido de pensar o entorno com base em uma oportuna perspectiva de articulação entre áreas geralmente separadas: material e imaterial, ou espaço construído e espaço vivido. Se dá, enfim, numa visão de entorno como oportunidade para uma aproximação às dinâmicas das cidades para fomentar a preservação, e não como obstáculo, em um processo de gestão de políticas afirmativas do patrimônio cultural e não apenas no papel normativo.

Como estudo de caso, escolheu-se a Casa de Portinari pois, mesmo sendo um bem protegido, sua materialidade apresenta aspectos comuns que, de certa forma, refletem a postura tomada ao longo da pesquisa em se referir a entorno de bens de interesse cultural, e não apenas entornos de bens tombados. Entende-se que o entorno de imóveis de fato sempre existe, sendo uma característica intrínse-

ca a ele como espaço de interface, independente de um tombamento ou outra forma de jurisdição legal. Mesmo que a figura jurídico administrativa do entorno tenha como pré-requisito o tombamento, acredita-se que as potencialidades do instrumento entorno podem ser aplicáveis em outras formas de preservação, para além de sua vinculação ao instituto do tombamento. Assim, a discussão de ambiência como fator do entorno que se desenvolve pôde extrapolar às discussões para além do acautelamento estatal.

AMBIÊNCIA

O termo ambiência tem sido usual no campo do patrimônio cultural, adquirindo um valor de importância na preservação de bens de interesse cultural, principalmente devido às constantes transformações que seus entornos têm vivenciado. É comum nos estudos técnicos e pareceres institucionais do Iphan encontrar frases como: “a preservação da ambiência do bem tombado”; “a não alteração da ambiência”; e “o entendimento que abrange outras dimensões, como a ambiência” (NITO, 2015, p.143). A noção de ambiência vem atrelada a uma outra, mas não recente, dimensão da preservação ligada à ampliação do conceito de patrimônio cultural e, conseqüentemente, da noção de entorno. No Brasil, o termo entorno foi associado, sobretudo após as jurisprudências firmadas sobre as noções de vizinhança e visibilidade nos primeiros anos de atuação do Iphan, a

² A técnica heurística é qualquer abordagem para a resolução de problemas, a aprendizagem ou a descoberta que emprega uma metodologia prática sem garantias de ser ótima e perfeita, mas suficiente para os objetivos imediatos. Neste sentido, considera-se que foi desenvolvido na pesquisa um procedimento heurístico de abordagem do entorno por meio da investigação sobre a noção de ambiência e sua aplicabilidade como forma de tratamento para preservação do patrimônio cultural.

uma ampliação do significado de visibilidade, num entendimento para além de seu aspecto literal, mas não o excluindo, para a proteção dos referidos bens (RABELLO, 2009, p. 122-123; MOTTA, THOMPSON, 2010, p.26). Pode, assim, a partir desta ampliação de significado, abranger outras relações arquitetônicas e também sociais.

Nas cartas patrimoniais, até meados do século XX, a ambiência aparece associada a uma noção de harmonia, no sentido de se reconstituir uma ambiência secular aos bens tombados, ligada à criação de uma paisagem pitoresca e circundada de áreas verdes para conferir destaque aos bens. Segundo Motta e Thompson (2012, p.7), os entendimentos presentes na Carta de Veneza, como “obras modestas”, “significação cultural” e a relação de indissociabilidade das edificações com o “meio em que se situam”, foram fundamentais para ampliação do conceito de patrimônio e pela primeira vez se discutiu de forma clara a preservação por meio do entorno, dando subsídios à consolidação do termo ambiência no Brasil nas décadas de 1970 e 1980.

No entanto, somente na Recomendação Relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea, fruto da Conferência Geral da UNESCO de 1976, em Nairóbi, o termo ambiência vem acompanhado de uma definição clara. Nessa Recomendação consideram-se as diversidades de conjuntos históricos e tradicionais existentes, defendendo a conservação em sua integridade e entendendo a ambiência

destes como: “o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais.” (UNESCO, 1976, p.3). Nessa Recomendação já estão evidentes alguns aspectos que são essenciais ao entendimento de ambiência e como esta pode ser atrelada à preservação: a cognição vinculada às relações existentes no espaço entre os elementos físicos e aspectos socioculturais que o compõem.

Porém, ressalta-se que a ambiência não está ligada diretamente à percepção, mas às condicionantes que a permitem ser percebida. Tudo que nos rodeia e que está a nossa volta é fruto de uma produção social inerente à vida que forma as cidades. A ambiência não é, portanto, uma somatória de coisas e tão pouco algo estático, ela faz parte das dinâmicas do viver na cidade. Dessa forma, se pode referir de maneira mais acurada às ambiências em seu sentido plural, pois se trata de inúmeras ambiências ao se referir à cidade, aos bens imóveis de interesse cultural e às práticas sociais ali existentes. Quando se menciona a ambiência de um bem tombado a ser preservado está se referindo às características que não são intrínsecas a estes, ou seja, o que conforma ambiências são as relações existentes para com o bem. A ambiência, portanto, é definida pelos bens que compõem o entorno e pelas demais relações que esse estabelece.

O caráter amplo dado à ambiência pelo campo do patrimônio traz consigo uma nova maneira de se olhar e agir sobre

o patrimônio cultural. Para compreender tal postura almejada pelo campo do patrimônio pelo viés da ambiência, a pesquisa se apoia nas reflexões teóricas apresentadas pelo antropólogo social inglês Tim Ingold. A formulação teórica do autor em *Trazendo as coisas de volta à vida* (2012) implica em pensar as coisas, no caso os bens culturais materiais, em um movimento de abertura à reflexão sobre o que se relaciona à sua vida no mundo. A crítica de Ingold é por “uma ontologia que dê primazia aos processos de formação ao invés do produto final, e aos fluxos e transformações dos materiais ao invés dos estados da matéria” (2012, p. 26).

O autor formula uma abordagem de críticas fundamentais tendo como objetivo recompor e evidenciar as inter-relações entre movimentos e coisas. Para exemplificar, o Ingold traz a reflexão sobre uma árvore como coisa: ela não é só a árvore, sua existência perpassa a outros elementos como os insetos que vivem em sua casca, a própria casca, os musgos, os pássaros que se alimentam de seus frutos e constroem ali seus ninhos, e assim por diante. E esta percepção não ocorre apenas com coisas naturais, também se aplica a estruturas construídas pela humanidade, como construções:

A casa real nunca fica pronta. Ela exige de seus moradores um esforço contínuo de reforço face ao vaivém de seus habitantes humanos e não humanos, para não falar do clima! A água das chuvas pinga através do telhado onde o vento carregou uma telha, alimentando o crescimento

de fungos que ameaçam decompor a madeira. As canaletas estão cheias de folhas apodrecidas, e, como se não bastasse, lamenta Siza (1997, p.48), ‘legiões de formigas invadem o batente das portas, e há sempre cadáveres de pássaros, ratos e gatos’. Não muito diferente da árvore. A casa real é uma reunião de vidas, e habitá-la é se juntar à reunião. (INGOLD, 2012, p.30)

O entendimento teórico de Ingold consiste em uma dinâmica de abertura ao pensar os bens culturais em relação aos seus entornos, pois auxilia a compreensão da noção de ambiência que se pretende a preservação dos bens de maneira unificadora, rompendo dualismos cartesianos, reconsiderando o lugar do corpo em nossa forma de entender o mundo. A noção de ambiência é parte do pleno direito desta perspectiva pois, de acordo com Thibaud (2002, p. 186), ambiência tem como base categorias conceituais que são inseparáveis de nossa atividade sensório-motora. Percebe-se que a ambiência se revela com um potencial promissor de articular e vincular áreas normalmente separadas, como: material e imaterial, teoria e prática, espaço vivido e espaço projetado. Ao colocar a abordagem dinâmica focando nos modos sensoriais estruturantes do espaço e do tempo, defende a experiência vivenciada e diminui a existência de um conhecimento único.

A noção de ambiência no campo da arquitetura e do urbanismo se insere em uma corrente de trabalhos e práticas interdisciplinares que buscam alargar o conhecimento sobre o espaço urbano,

tendo uma perspectiva de aproximação da vida humana, ou seja, da experiência dos sujeitos em sua apreensão do espaço das cidades. Entre os estudos desenvolvidos, destacam-se as investigações interdisciplinares de abordagens sensíveis urbanas que compreendem a ambiência como fator integrador, permitindo a percepção das coisas nos espaços vivenciados pelos sujeitos, elaboradas na Faculdade de Arquitetura de Grenoble, França, em particular na unidade de pesquisa *Ambiances Architecturales & Urbaines*. Tendo Thibaud (2002; 2011) como um de seus principais representantes, as pesquisas ressaltam que tal aspecto integral é reconhecido em ambiências, pois a entendem como base condicionante unificadora à percepção, relacionada a como os vários componentes de uma situação são percebidos. Ao abordarem a ambiência como dimensão sócio estética urbana, colocam a importância da ressonância do ambiente construído aos sujeitos, partindo para a valorização da experiência cotidiana deles.

A abordagem utilizada nesta corrente de pensamento não trata de estudar a ambiência por si, mas em uma análise sobre o que a condiciona e a faz perceptível. Por isso, é necessário fazer parte da ambiência, mais do que percebê-la, é possível senti-la e não apenas contemplá-la ou observá-la a distância por se tratar de experiências cotidianas. É por meio do sensível que se busca, pela ambiência, superar a divisão entre sujeitos e objetos. Assim, define-se ambiência como “atmosfera moral e material que circunda

um lugar ou uma pessoa, a ambiência é precisamente a noção que questiona essa divisão e impulsiona sua desconstrução.” (THIBAUD, 2012, p.9).

Essa abordagem sensível urbana se insere em um contexto que alguns sociólogos, como Paulo Peixoto (2012), chamam de “economia das experiências” que integra a esfera cultural das cidades capitalistas contemporâneas. O patrimônio não é estranho à lógica da economia das experiências, uma vez que as próprias políticas de preservação também conferem e reconhecem valores que alteram o local. Nesta perspectiva, o antropólogo José Reginaldo Gonçalves, ao utilizar-se do conceito de bens inalienáveis se referindo à reapropriação e à qualificação de bens culturais como patrimônio, ressalta que compram-se “experiências” por intermédio de imagens sensíveis do passado histórico, culturas populares, culturas regionais, dos primitivos, culturas nativas, civilizações tradicionais etc.” (2007, p. 242). Em outras palavras, os bens patrimonializados condicionam também experiências, realidades maiores do que a própria imagem:

Compramos essa imagem, ou essa “experiência”, quando visitamos um prédio, uma cidade, ou quando adquirimos suas reproduções. Os patrimônios sempre prometem algo mais do que eles mesmos: prometem a experiência de uma realidade ausente, distante e que nos acena por meio de seus fragmentos – trazem sempre uma promessa não cumprida de totalização. (Idem, p.244).

Este tratamento dado à ambiência possibilita reconhecer as relações existentes dos bens culturais em seus entornos que podem estar relacionadas à sua preservação. A capacidade da ambiência de unificar diversos componentes em uma situação é ressaltada pelo urbanista Eduardo Yázigi (2012), ao reconhecer que no discurso do desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras ainda carecem de iniciativas totalizantes. Para o autor tal abordagem integradora é encontrada na “noção de ambiência [...] [que] significa e implica relação”, contribuindo para a aceleração do processo de tornar a cidade acessível a todos.

O próprio processo de patrimonialização e sua efetivação são capazes de modificar ambiências, refletindo-se em possíveis mudanças de comportamentos, formas de viver, sentir e se apropriar dos espaços. A heterogeneidade de valores são passíveis de preservação e ressignificação, “assumindo uma postura de um país em verdadeiro desenvolvimento; dotando as relações ambientais [como relações de ambiência] com características que permitam entender o todo patrimonial.” (YÁZIGI, 2012, p. 40). O patrimônio gera mudanças que podem ou não ter benefícios sociais: em quantos casos pode-se pensar no processo de expulsão de camadas sociais a partir da patrimonialização? E porque não pode o patrimônio induzir a permanência destas?

Assim, o pensar as coisas em relação à vida, nos traz outro aspecto de ambiência já ressaltado: sua ressonância. Para Gonçalves (2007, p. 246–246), o patrimônio

precisa ser compreendido e encontrar repercussão junto à sociedade civil em um sentido mais amplo, de forma que “um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado nem das iniciativas do mercado, embora estejam intimamente associados a estas. Não depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos”. Ou seja, vai ao encontro dos aspectos colocados à ambiência ao compor os espaços em seus sentidos sócio estéticos conforme abordado por Thibaud (2011), repercutindo no modo de viver. Ao pensar em ressonância, a ambiência aflora a percepção sensível da cidade, trazendo à tona suas distintas formas de apropriação e ressignificação. Em relação à ambiência, se poderia então considerar que o bem cultural é um fenômeno que emerge e aparece de acordo com suas múltiplas formas de senti-lo e percebê-lo?

Neste sentido, e em se tratando sobre como a ambiência pode ter o potencial de trazer uma compreensão integradora dos espaços, Gonçalves resalta ao pensar as culturas como patrimônios que:

Objetos materiais e técnicas corporais, por sua vez, não precisam ser necessariamente entendidos como simples “suportes” da vida social e cultural (como tendem a ser concebidos em boa parte da produção antropológica). Mas podem ser pensados, em sua forma e materialidade, como a própria substância dessa vida social e cultural. Muitos estudos enfatizam corretamente o

³ O trabalho de campo foi estruturado em vivências de situações como ambiência. Ao considerar que uma ambiência não é passível de observação ou contemplação, direciona-se a uma experiência vivida em que as “situações formam unidades básicas de todos os tipos de experiência” (THIBAUD, 2011, p. 204). Portanto, nas pesquisas de campo foram criadas situações como ambiências, propondo interação com os participantes trocando percepções e compartilhando conhecimentos sobre a cidade. Não colocou-se a Casa de Portinari ou experiências isoladas dos sujeitos, mas se tratou de percepções relacionadas com as diversas formas de vivência daqueles envolvidos nas situações criadas.

⁴ Por se tratar de um método heurístico, de aproximação para a solução de um problema, os instrumentos metodológicos para vivenciar e compreender o entorno da Casa de Portinari se baseou na intuição e nas circunstâncias apresentadas a fim de gerar o conhecimento das ambiências. Assim, o instrumental utilizado foram imersão da pesquisadora que usou o desenho de observação como ferramenta de experienciar a cidade; e por meio de oficinas que criaram situações vivenciadas, utilizando as estruturas de grupos focais, Café Mundial (World Cafe), TEDtalks, mapas mentais e desenho de observação (NITO, 2015, p. 189-196).

fato de que os objetos fazem parte de um sistema de pensamento, de um sistema simbólico, mas deixam em segundo plano o fato de que eles existem na medida em que são usados por meio de determinadas “técnicas corporais” em situações sociais e existenciais (e não apenas em termos conceituais e abstratos). Eles não são apenas “bons para pensar”, mas igualmente fundamentais para se viver a vida cotidiana. (GONÇALVES, 2005, p. 22 – 23).

Mas o que compõe tais experiências também se insere no cotidiano das cidades, daqueles que a habitam e de outras relações existentes para além do discurso do patrimônio, modificando ambiências. A fim de se explicitar as investigações teóricas sobre ambiências foi selecionado um caso prático que foi estudado, permitindo o levantamento de questões referentes à aplicação prática dessa noção no entorno de bens tombados de preservação do patrimônio cultural.

AMBIÊNCIAS DA CASA DE PORTINARI

A Casa de Portinari se localiza na cidade de Brodowski, no estado de São Paulo, que é um município de aproximadamente 24 mil habitantes e se localiza na microrregião de Ribeirão Preto, a 337 quilômetros da capital do estado. A Casa é uma construção simples, onde o artista Cândido Portinari morou durante a infância e juventude e, já adulto,

retornou constantemente para visitar a família, tendo feito alguns experimentos de técnicas de pintura em suas paredes e murais de uma capela feita para sua avó. Com a consolidação da patrimonialização da Casa de Portinari, em nível federal e estadual, a partir de 1970 a cidade de Brodowski passa a ser reconhecida mundialmente como *Terra de Portinari*, principalmente pelo importante papel estabelecido como Museu Casa, nessa época, impulsionando o turismo e atividades culturais na cidade. A Casa se constitui, então, em símbolo concreto da relação do artista com sua terra natal, que também foi perpetuada em suas obras plásticas e poéticas. A arte de Portinari se vincula “vitalmente à sua casa, à terra natal e às reminiscências de infância ali evocadas, elementos esses que foram fundamentais em praticamente todas as vertentes e fases de sua pintura” (VAZ, 2006, p. 109).

O repertório teórico desenvolvido sobre ambiência foi aplicado nas pesquisas de campo feitas no entorno da Casa de Portinari. Dar corpo às ambiências da Casa teve a intenção de constatar os desafios e meios possíveis para sua identificação e comprovar a realidade prática das considerações apresentadas sobre ambiência(s). Para tanto, na pesquisa de campo foram criadas situações³ de compreensão dos processos existentes no entorno, por meio de incursões etnográficas e vivências junto a sociedade civil e agentes governamentais por meio de diálogos, entrevistas coletivas e desenhos⁴. Neste processo, identificou-se quatro elementos

que auxiliam no entendimento da heterogeneidade de ambiências existentes vivenciadas e relatadas nas situações criadas. A sistematização em elementos sintetiza as condições que proporcionam as ambiências da Casa de Portinari, e não tem a intenção de reduzir ou apresentar definições, muito pelo contrário, a pretensão é demonstrar a diversidade de processos existentes quando fala-se de ambiência e indicar alguns elementos que considera-se possuir grande potencial de influência na preservação específica da Casa de Portinari.

Partindo das considerações sobre ambiência e suas aplicabilidades na ampla noção de entorno foram definidas as seguintes categorias para a construção e análise da pesquisa de campo: a relação das pessoas com a cidade; os elementos físico morais; os sentimentos; as sensações; e os significados da cidade. *A relação das pessoas com a cidade* corresponde ao tipo de experiência que cada um estabelece cotidianamente com Brodowski, relaciona-se com o entendimento de que a ambiência é mediada pela percepção no espaço público. Outro aspecto interessante dessa categoria é que a própria distinção é considerada pelas pessoas da cidade por se tratar de um município pequeno “onde todos se conhecem” e também pela Casa de Portinari ser considerada um ponto turístico da região, que atrai muitos visitantes, “a gente de fora”. Foram, então, consideradas as diferenças entre moradores, trabalhadores (pessoas que trabalham na cidade de Brodowski e moram em outras cidades da região),

visitantes e um grupo específico de agentes culturais (profissionais da prefeitura, do museu e dos órgãos de preservação federal e estadual).

A categoria *elementos físico morais* reflete as coisas em suas relações sociais e propriedades físicas. Foram considerados os bens acompanhados de suas vivências. Ponderou-se as coisas em sua materialidade com substância cultural atribuída, “a praça para brincar”, estando conectada à valoração pragmática e não só dos elementos como suporte. A categoria denominada *sentimentos* equivale ao afeto e às emoções atribuídas pelas pessoas às coisas, e diz respeito a como os elementos têm impacto nas pessoas. Estes não devem ser vistos como algo arbitrário, mas que têm ordem de reflexo no pertencimento identificado com os locais ou as coisas. Difere-se da categoria seguinte, *sensações*, justamente por ser algo outorgado. De maneira que a categoria *sensações* considera a dimensão estética, a percepção dos elementos pelas pessoas, ou seja, como elas são impactadas pelas coisas. Relaciona-se aos outros fatores que condicionam a percepção da ambiência e não estritamente à sensação em si, apontando como as sensações também podem ser um meio de ação.

A categoria *significados da cidade* foi criada com intuito de abrigar os entendimentos múltiplos das pessoas sobre a cidade. Portanto, a subjetividade (por ser uma forma pessoal de análise) em questão é atrelada ao comportamento das pessoas. A intenção dessa categoria foi identificar possíveis convergências

e diferenças nas percepções a respeito da cidade. As categorias apresentadas em conjunto têm o objetivo de garantir reconhecimento múltiplo e dinâmico das ambiências do entorno da Casa de Portinari. Funcionam como mecanismos para melhor leitura das experiências e não devem ser lidas isoladamente, pois tratam-se de ambiências que unificam e dão vida aos espaços urbanos.

A partir das análises foram identificados quatro elementos de distintas naturezas que conferem à Casa de Portinari as principais condicionantes suas ambiências: o Museu, como equipamento público e como instituição; a Praça, localizada em frente à Casa; Portinari, a figura do artista e de sua família; e as Ruas largas, localizadas no entorno. Tais elementos por si só possuem certo grau de importância para a ambiência, mas as coisas que se relacionam com eles geram características que, se fossem tomadas independentemente, não seriam o que são.

O Museu Casa de Portinari tem papel fundamental para a ambiência da Casa tanto pelo uso do espaço quanto por proporcionar novas experiências do local e, por consequência, criar ambiências. Na qualidade de equipamento público, o museu tem os seguintes elementos de ambiência: os guias, seguranças e demais funcionários do museu; a administração do museu; a loja de souvenirs, os visitantes e o fluxo deles; os jardins, e os estabelecimentos comerciais nas proximidades que usufruem de tal impacto da instituição. Enquanto instituição ele produz e mantém ambiências de casa por meio da

conservação do edifício e dos objetos em si, pelo tratamento de composição dos ambientes e também pelos projetos museológicos: na forma como serão expostos os espaços (com seus conteúdos e objetos) e as políticas institucionais empreendidas que se voltam à memória e à história da Casa (proporcionam diferentes meios de apreensão da casa, bem como da cidade) realizado com os visitantes do museu e na relação deste em projetos voltados à relação com a comunidade. Todas essas relações transformam o cotidiano do Museu e suas ambiências ao intensificar o uso e novas maneiras de percepção do espaço.

A Praça localizada em frente à Casa de Portinari é o segundo elemento principal que confere ambiências a seu entorno. A Praça existe por ser um local aberto, por ter bancos, espaços sombreados por árvores, jardins, espaços abertos com muita luz e calor, pelo seu desnível e degrau central, pelo busto de Portinari, pelos pássaros, pelas palmeiras, pela Igreja Santo Antônio, pelo santo e pelo casamento, pelas barracas de ambulantes e etc. Mas nenhuma dessas coisas fazem muito sentido à vida se não relacionadas ao que elas, combinadas entre si, proporcionam, ela é um lugar de encontros.

A figura de Portinari cria vínculos de memória às ambiências, principalmente, em relação à história da cidade que pode ser assimilada pela história da família Portinari e da vida e obra do artista. A figura de Portinari está relacionada aos elementos históricos da cidade, pois revelam jeitos de morar, ocupar a cidade e viver na cidade. Jeitos estes que contam a

trajetória de ocupação da cidade, conectando-se às formas de crescimento desta e, como a Casa de Portinari, se inserem neste contexto. Além do caráter histórico, o imaginário de Portinari também proporciona e influencia a leitura de uma vocação artística da cidade que se relaciona tanto ao sentido de produção artística pelas pessoas como pelo caráter “inspirador” que é conferido à cidade.

O quarto elemento que confere ambiência do entorno da Casa de Portinari são as ruas largas da cidade. Não só por serem símbolos de um determinado traçado urbanístico relacionado à história da cidade, mas por interagir com outros elementos que o tornam principal à ambiência. Por sua dimensão, permitem o fluxo de diferentes tipos de transporte que, atrelados ao número populacional da cidade, permitem um trânsito tranquilo. Outro fator relacionado à dimensão das ruas é a percepção do céu da cidade. As ruas largas, juntamente à posição geográfica da cidade e ao gabarito baixo, permitem que o céu de Brodowski seja um elemento de interesse e percepção relevante ao vivenciar a cidade, considerado ‘maior’.

A ABORDAGEM DE AMBIÊNCIAS NA PRESERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

A dinâmica contemporânea no campo do patrimônio cultural tem levado a desenvolvimentos teóricos e práticos cada vez mais abrangentes, incluindo, entre eles, o aumento de pesquisas e interesse sobre o entorno de bens tombados. Com isso,

tem-se revelado a importância dos entornos como instrumento de preservação, visto que os meios para se gerir os bens protegidos são escassos e/ou de difícil aplicabilidade. Somam-se a isso fatores como o questionamento da incidência da proteção apenas sobre aspectos materiais e a abordagem mais atual de que a preservação sem suas devidas ressonâncias sociais não chega a proteger de fato os bens. Assim, dispõe-se um campo de abordagens interdisciplinares sobre o patrimônio cultural que vem propiciando novas maneiras de se olhar e de se efetivar a preservação. É nesse sentido que esta pesquisa procurou compreender como a abordagem dada à ambiência pode contribuir para se pensar e atuar no entorno como instrumento para a ampla preservação de bens culturais.

A utilização da abordagem de ambiência como característica para a atuação em entornos permite ainda a produção de uma sugestão teórico metodológica para seu tratamento e algumas diretrizes específicas para o entorno da Casa de Portinari. Essas possibilidades tornam as teorias apresentadas robustas, aumentando o campo de aplicações ao se pensar em ambiências. Se por um lado a ambiência legitima a importância do sentir, compreender e se relacionar no local, reconhecendo os saberes das práticas cotidianas, não se pode negar a relevância do saber técnico institucional no emprego do entorno como instrumento para preservação de bens culturais; mesmo não isento de críticas. Institucionalmente, há uma necessidade de o entorno ser

delimitado e normatizado, também como forma de transparência pública e política e clareza de atuação, no sentido de um posicionamento institucional. Mas, ao se pensar em ambiência, logo se depara com uma urgência oposta, pois são coisas que fogem de limites e normas. São saberes distintos que possuem diferentes formas e éticas de conhecer o mundo mas que, entre perdas e ganhos, têm seu espaço e podem conviver em um trabalho de mútuo respeito para uma atuação compartilhada e não apenas “participativa”.

Acredita-se que o aporte acerca de ambiência feito possa ser implementado, não só no conhecimento das ambiências, mas também durante todo o processo de implementação e gestão de entorno de bens culturais. A abordagem permite outras práticas, pesquisas e outros desdobramentos, cuja intenção é alinhar formas de aproximar a conjuntura atual na utilização da ambiência para potencializar a preservação de bens de interesse cultural por meio de seu entorno. Parte-se do pressuposto que os entornos de bens de interesse cultural são unidades de preservação por excelência, pois tem vocação de contribuir para a preservação do próprio bem. Todas as ações diretas de proteção sobre os bens são intensificadas na medida em que também se atua no entorno em que se situam. Assim, pensar os entornos é entender o local destes bens no meio em que existem, sejam urbanos ou rurais.

Dessa forma, o entorno pode realmente atuar como uma zona de amortecimento (acompanhamento e gestão) dos agentes de transformação dos bens cultu-

rais e não como ônus político de preservação. A possibilidade de mensurar a área de entorno por meio de seus diferentes aspectos permite alertar e construir um histórico de desenvolvimento deste, podendo-se identificar tendências, indícios, motivos que geraram um acontecimento ou que poderão gerar, indicando meios preventivos para a preservação do bem. Se há como base este princípio potencializador dos entornos, as ações sobre eles seriam estabelecidas em função das diferentes demandas de atuação nos bens de interesse cultural, ou seja, como consequência da necessidade de preservá-los. Desta maneira, todos os elementos que compõem o entorno são entendidos em sua dimensão dinâmica, natural ao processo de vida das coisas.

Para analisar e atuar em qualquer tipo de bem de interesse cultural se deve partir do conhecimento dos múltiplos valores a ele atribuídos (que superam os aspectos materiais) e da compreensão sobre o local (as relações existentes, conflitos e potencialidades locais). O entendimento do bem como coisa viva, conforme defendido por Ingold (2012), ajuda nestes entendimentos, pois permite que ele não seja algo independente das relações existentes. Dessa forma é possível assimilar as necessidades de atuação no bem de interesse cultural que dizem respeito e são reflexos desta primeira etapa de compreensão das informações fundamentais e também determinarão o conhecimento e a composição do entorno, pautando todas as atividades seguintes no bem.

Acima de tudo, foi constatado o caráter facilitador do entorno para a preservação de bens culturais. Pois, agir no entorno não é preservar literalmente a sua matéria, mas este atua como potencializador de ações que o fazem. Ao propiciar que o entorno potencialize a preservação, tal perspectiva é tida de maneira que as abordagens apresentadas sobre a ambiência representam meios para que o entorno exerça tal potencial. Este exercício é ainda mais relevante se pensarmos na realidade institucional na qual pouquíssimos bens tombados têm entornos delimitados e/ou normas de preservação.

Isto permite que o entorno seja um importante campo de atuação, não só para potencializar a preservação, mas também para se reestabelecer uma relação e diálogos de reaproximação institucional com o poder público e sociedade civil nas cidades em que os bens se localizam. Permite ainda um entendimento não só operacional do entorno, mas como oportunidade de um instrumento de políticas públicas que correspondem às demandas sociais existentes. Conclui-se que o entorno de bens de interesse cultural não é um instrumento secundário de preservação, é um mecanismo que tem lugar e especificidades na preservação do

patrimônio cultural e, nestes, abordagens por meio de ambiências fazem parte de uma gestão afirmativa de preservação do patrimônio na implementação.

Por estas razões, a ambiência tem capacidade de auxiliar diferentes perspectivas para preservação dos bens de interesse cultural por meio de seus entornos. Permite renovar um olhar ao tratamento do patrimônio cultural a partir do reconhecimento de como as ações institucionais podem ser tomadas com base nas ressonâncias das relações existentes nas cidades entre o bem e seu entorno. Tais relações não são apenas materiais e imateriais, mas concernem a uma abordagem integradora que diz respeito ao entendimento das dimensões do viver e estar no mundo do patrimônio cultural.

As relações entre bens culturais e seus entornos concernem a uma abordagem integradora para o entendimento das dimensões do viver e estar no mundo do patrimônio cultural. Dessa maneira, também é que se assume um posicionamento sobre a heterogeneidade de processos existentes no entorno que podem ter correspondência ou não com a preservação, mas nos quais o diálogo e a colaboração são primordiais em termos de ambiência por seu aspecto difuso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane. (Orgs). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Florianópolis: Nova Letra/ABA, 2007. p. 239-248.
- _____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, 2005.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, Vol.18, n.37, pp. 25-44, 2012.
- MARCHESAN, Ana Maria Moreira. A preservação do futuro através do passado: o entorno de bens tombados na legislação brasileira. In: FERNANDES, Edésio; ALFOSIN, Betânia (Coord). **Revisitando o instituto do tombamento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 99 a 127
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cidade como bem cultural. Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. In: IPHAN. **Patrimônio: Atualizando o Debate**. São Paulo: IPHAN, 2006. p. 34- 76.
- MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. **Entorno de bens tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/ Copedoc, 2010.
- NITO, Mariana Kimie da Silva. **Heurística para entornos de bens de interesse cultural baseada na ambiência: uma experiência na Casa de Portinari em Brodowski-SP**. 2015. 339 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado_em_Preservacao_Dissertacao_NITO_Mariana_Kimie_Silva.pdf>. Acesso em: ago. 2018.
- PEIXOTO, Paulo. Desafios à cultura urbana no contexto da economia das experiências e das narrativas interativas. In: NUNES, António J. A.; CUNHA. Luís Pedro; MARTINS, Maria Inês de O.(org.). **Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Aníbal de Almeida**. 1 ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 821-839.
- RABELLO, Sônia. **O Estado na preservação de bens culturais**. O tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.
- SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. 267f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.
- THIBAUD, Jean-Paul. A cidade através dos sentidos. **Revista PROARQ**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 1-16, 2012. Disponível em: <http://www.proarq.fau.ufjf.br/revista/public/docs/Proarq18_ACidade_JeanThibaud.pdf>. Acesso em: ago. 2018.
- _____. The Sensory Fabric of Urban Ambiances. **Senses & Society**. Reino Unido, v. 6, n.2, p. 203-215, 2011.

- _____. L'horizon des ambiances urbaines. **Manières d'habiter**, Communications, De Gruyter, 73, p. 185-201, 2002.
- VAZ, Thais de Fátima. **Casa de Portinari, Lugar de Memória**. Dissertação (Mestrado em História) - UNESP, Franca, 2006. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/thaisvaz.pdf>>. Acesso em: ago. 2018.
- YÁZIGI, Eduardo. O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. IX, n. 1, p. 22 – 51, junho 2012.